

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 16\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

## ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País ... ..	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ... ..	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quarta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

## SUMÁRIO

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

Contas e balancezes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Avisos e anúncios oficiais.

Nota — No dia 24 de Dezembro findo, foi publicado um Suplemento ao Boletim Oficial n.º 51, com o seguinte sumário:

### PRESIDENCIA DA REPÚBLICA:

#### Decreto Presidencial n.º 12/82:

Nomeia o Camarada Carlos Reis para o cargo de Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro.

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto-Lei n.º 114/82:

Institui, em novos moldes, o sistema de Previdência Social.

#### Decreto-Lei n.º 115/82:

Cría a Direcção-Geral do Trabalho e do Emprego, e extingue a Direcção do Trabalho.

#### Decreto-Lei n.º 116/82:

Extingue as Caixas Sindicais de Previdência, estabelece medidas legislativas relativamente aos seus trabalhadores, património e outras e revoga toda a legislação por que regiam as Caixas ora extintas.

#### Decreto-Lei n.º 117/82:

Define o âmbito das funções e a competência do cargo de Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro e revoga os Decretos-Leis n.ºs 85/77 e 23/78.

#### Decreto-Lei n.º 118/82:

Introduz alterações à orgânica do Ministério da Habitação e Obras Públicas.

#### Decreto n.º 119/82

Regulamenta a execução do sistema de Previdência Social instituído pelo Decreto-Lei n.º 114/82.

#### Decreto n.º 120/82

Estabelece a composição do quadro de pessoal da Repartição de Expediente do Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro.

#### Decreto n.º 121/82

Aprova o Acordo de Empréstimo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Banco Africano de Desenvolvimento, para Co-financiamento do Projecto de Extensão e Modernização da Rede de Telecomunicações de Cabo Verde.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Direcção-Geral da Função Pública

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 1 de Dezembro de 1982:

Jorge Manuel Braga Ferro Soares de Brito, técnico superior de 1.ª classe da Secretaria-Geral do Governo — promovido, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal da mesma Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 1982.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 18 de Dezembro de 1982).

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 21 de Dezembro de 1982:

Lígia Filomena Spencer Lima, técnica profissional de 2.º nível de 3.ª classe, provisória, do quadro dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — transferida, por conveniência de serviço, para a sede do mesmo Ministério, na Praia.

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 4 de Dezembro de 1982:

Pedro de Pina Gomes, agente de 2.ª classe da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública — punido com a pena dos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º do Regulamento Disciplinar vigente, conjugado com o n.º 9 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, demissão a partir de 1 de Outubro do corrente ano.

De 14:

Aidea Beatriz Lubrano Fernandes, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna, colocada no Secretariado Administrativo de Santa Catarina — transferida, por conveniência de serviço, para a sede da mesma Direcção-Geral.

Despacho do Camarada Ministro da Economia e das Finanças:

De 9 de Dezembro de 1982:

José Manuel Conceição Lima Semedo, condutor assalariado da Direcção-Geral das Pescas — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, a partir de 8 de Dezembro de 1982.

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 24 de Agosto de 1982:

Ivone Maria Lopes da Cruz Mariano — nomeada para exercer, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, o cargo de professora do ensino primário, de serviço eventual, da Divisão do Ensino Básico Elementar.

A nomeada deve entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

**A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 45.º, do orçamento vigente.** — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 30 de Dezembro de 1982).

Cesarina Évora Duarte — nomeada para exercer, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, o cargo de professora de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário.

Maria Auxiliadora Monteiro Lopes Wahnnon — nomeada para exercer, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, o cargo de professora do ensino primário, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário.

De 1 de Outubro:

Arlindo José dos Santos — nomeado para exercer, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, o cargo de professor de posto escolar, de serviço eventual, da Direcção-Geral de Educação.

O nomeado deve entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Dezembro de 1982).

De 5:

Henrique Gonçalves Fernandes — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, até final do ano lectivo 82/83, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º, do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Dezembro de 1982).

De 12:

Maria Adelaide Vieira Lima Silva Lima, revalidada a nomeação como professora do 3.º nível (3.ª classe), para leccionar na Escola Preparatória da Ribeira Grande, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 87.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Novembro de 1982).

De 27:

Carlos Alberto Delgado Martins — nomeado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola Preparatória da Praia, na vaga deixada pela anterior ocupante Maria Alice Silva Modesto, que foi colocada no Liceu «Domingos Ramos», devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 63.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 5 de Janeiro de 1983).

De 1 de Novembro:

Concelho de S. Vicente:

Maria de Lourdes Lima Oliveira, professora do ensino básico elementar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 52-B, do Mindelo — anulado o despacho que a transferiu para esse Posto.

Maria do Carmo Brito Soares, professora de posto escolar, contratada, com colocação no Posto Escolar n.º 129-B, de Ribeirinha de Craquinha — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar 1-B de Monte Sossego, na vaga deixada pelo professor contratado Anselmo Brito de Oliveira, que não se apresentou ao serviço.

Concelho do Porto Novo:

António Rocha Brito, professor de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar 29-B, de Mato Estreito — transferido, por conveniência de serviço, para o Posto Escolar n.º 161-B na vaga deixada pelo professor eventual Domingos Mendes, que foi cedido à Alfabetização em substituição do Raúl Mendes Correia, ficando este a prestar serviço no Posto Escolar 29-B.

Estevão do Nascimento Gomes, professor de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 14.B de Chã de Pedras — transferido, a seu pedido, para o Posto n.º 24-B de Lagedos na vaga deixada pela professora eventual Eduína Júlia Pires, que não se apresentou ao serviço, ficando sem efeito a cedência do professor Estevão à Alfabetização.

Concelho de S. Nicolau:

Liniza Simoa Oliveira, professora de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto 89-B, de Urzeiros — transferida, por conveniência de serviço, para o Posto Escolar n.º 37-B de Ribeira da Prata.

De 16 de Novembro:

Jocelina Oliveira Lima — nomeada para exercer, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, o cargo de professora de posto escolar, de serviço eventual, da Divisão do Ensino Básico Elementar.

A nomeada deve entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º artigo 45.º do orçamento vigente.

Jorge Carvalho Rocha, nomeado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de monitor especial da Escola Preparatória de Santa Catarina, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 71.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 30 de Dezembro de 1982).

De 18:

Concelho de Santa Catarina:

Arlindo Moreira Tavares, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto de Liberão.

Maria Antónia Mendes Semedo, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto 162, de Porto dos Mosquitos, concelho da Praia — transferida para o Posto n.º 84, de Cancelo, concelho de Santa Catarina.

Concelho da Praia:

José Joaquim Gomes de Barros, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto n.º 94, de S. Domingos.

De 30:

Maria Josefa Pereira Varela, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 102, de Chã de Igreja.

Natálio de Pina, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto n.º 38, de S. Domingos.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Dezembro de 1982).

Concelho de Santa Catarina:

1 — Maria da Conceição Vieira Robalo, candidata inscrita, nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto de Lugar Velho;

2 — Ernestina Borges Pereira, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto de Entre Picos de Reda;

3 — Maria Augusta Lopes Marques, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto Escolar n.º 23, de Chã de Tanque;

4 — Domingas Moreira Semedo, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto Escolar de Liberão.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Dezembro de 1982).

Adriano Rodrigues Tavares, nomeado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de professor eventual do 3.º nível (3.ª classe), da Escola Preparatória de Santa Cruz, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Agosto, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 21.º, artigo 134.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 30 de Dezembro de 1982).

Armada Leonor Silva Vieira — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual até final do ano lectivo 82/83, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º, do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Dezembro de 1982).

Benvindo Moreira Barreto, nomeado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de monitor especial de Trabalhos Manuais da Escola Preparatória de Santa Catarina, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 71.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 30 de Dezembro de 1982:

Benvinda Rodrigues Lopes, professora eventual de 3.º nível da Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — exonerada, a seu pedido, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 1982.

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 5 de Novembro de 1982:

Daniel Lopes da Graça, engenheiro electrotécnico, nomeado, nos termos do artigo 11.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 154/81, no cargo de técnico superior de 3.ª classe, ficando colocado no Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º artigo 1.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 23 de Dezembro de 1982).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 22 de Novembro de 1982:

Dr. Rui Jorge de Melo Araújo, juiz regional de 2.ª classe, provisório, ora desempenhando as funções de juiz regional de 1.ª classe, interino — transferido, na mesma categoria e situação, do Juízo Criminal para o Juízo Cível do Tribunal Regional da Praia, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1983.

Dr. Henrique Semedo Borges, procurador regional de 2.ª classe, provisório — nomeado, interinamente, juiz regional de 1.ª classe, ficando colocado no Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1983.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 6 de Dezembro de 1982).

De 30:

Fernando Jorge Andrade Cardoso, oficial de diligências de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado para exercer, definitivamente, o referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, continuando a exercer interinamente as funções de ajudante de escrivão de direito de 2.ª classe, com colocação na Procuradoria Regional da Praia.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 64.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 14 de Dezembro de 1982).

De 21 de Dezembro:

Gustavo Silva de Albuquerque Fernandes, oficial de diligências do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — exonerado, das referidas funções; a partir da data da sua aposentação em Portugal, no período do gozo da licença ilimitada nos Estados Unidos da América, que lhe havia sido concedida por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 25/79.

Maria Filomena Duarte Barbosa, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocada na Procuradoria-Geral da República — concedida licença ilimitada, com efeitos a partir de 20 de Outubro de 1982, data do termo da licença registada que vinha gozando em Portugal, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 31:

Rosendo Adrião Cardoso, guarda prisional de 2.º classe, de nomeação interina, do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários — transferido, a seu pedido, da Cadeia Civil da Praia para a de Sub-Região do Tarrafal.

De 3 de Janeiro de 1983:

José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 3.ª classe do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Função Pública — dada por finda, o seu pedido e, com efeitos a partir de 31 de Janeiro de 1983, a comissão de serviço como director de gabinete do Ministro da Justiça, para a qual havia sido nomeado por despacho de 4 de Julho de 1981, publicado no *Boletim Oficial* n.º 27/81, de 20 de Julho.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 3 de Dezembro de 1982:

Fernando Jorge Monteiro — nomeado para exercer, provisoriamente, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de técnico profissional do 2.º nível de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Novembro de 1982).

André de Pina, servente de 1.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 11 de Maio de 1982, data em que deixou de prestar serviço no Hospital Central da Praia.

De 16:

Rui Alberto Pereira Matos, escriturário-dactilógrafa de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na Direcção Regional de Farmácia em S. Vicente — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 1982.

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 29 de Novembro de 1982:

José Maria Freire de Pina — nomeado para exercer, interinamente, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral de Finanças, com colocação na respectiva sede.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 107.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Dezembro de 1982).

Despachos do Camarada Director-Geral, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 11 de Dezembro de 1982:

Maria de Lourdes Monteiro Freitas, assistente social da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 18 de Novembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve continuar ligada à consulta de psiquiatria do Hospital da Praia».

De 17:

Daniel dos Santos Alves, agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Dezembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que o examinado necessita ainda de mais 120 dias para convalescência, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Isa Yolanda Brito Pereira, filha de Osvaldo Silva Pereira, técnico superior de 2.ª classe da Direcção-Geral do Comércio — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 9 de Dezembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Deve manter-se ligada à consulta de oftalmologia do Hospital da Praia».

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 11 de Dezembro de 1982:

Bebiano Jorge Correia, condutor-auto de ligeiros do Ministério da Educação e Cultura — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 9 de Dezembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço encontram-se justificadas desde 13 de Outubro de 1982 à presente data, necessitando de repouso e tratamento até ao fim do corrente mês de Dezembro. Findo esse tempo deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 17:

Neusa Maria dos Santos Alfama Tavares, filha de Óscar Manuel Gomes Alfama, técnico auxiliar de 1.ª classe da Direcção-Geral do Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico, do Ministério da Habitação e Obras Públicas — homologado o parecer da Junta de Saúde de

Sotavento, emitido em sessão de 9 de Dezembro de 1982, emitido em sessão de 16 de Dezembro de 1982 que é que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve manter-se ligada à consulta de traumatologia e fisioterapia do Hospital da Praia».

De 27 de Dezembro de 1982:

Manuel Delgado, microscopista da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Dezembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço encontram-se justificadas desde 26 de Novembro de 1982 até à presente data, necessitando ainda de mais noventa dias para convalescência findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde.»

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 20 de Novembro de 1982:

Olavo Teixeira Mendes, agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 11 de Novembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para a ilha do Fogo a fim de ser sujeito a exame radiológico».

De 29:

Jorge Morais Oliveira, serralheiro mecânico de 3.ª classe do Ministério dos Transportes e Comunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 25 de Novembro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com a máxima urgência para o exterior a fim de ser presente a um centro especializado em oftalmologia por estarem esgotados os recursos terapêuticos locais e haver perigo de incapacidade com a sua permanência no País».

Extractos de contratos de prestação de serviço:

De 7 de Dezembro de 1982:

Maria Margarida dos Santos Felício, licenciada em Filologia Românica — contratada para prestação de serviço, no Ministério da Educação e Cultura, como professora cooperante, com direito ao vencimento mensal de 24 300\$ (vinte e quatro mil e trezentos escudos), alojamento ou na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$.

Maria Adelina Andrade de Oliveira Soares, licenciada em Biologia — contratada para a prestação de serviço no Ministério da Educação e Cultura, como professora cooperante, com direito ao vencimento mensal de 24 300\$ (vinte e quatro mil e trezentos escudos), alojamento ou, na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$.

João Paulo Gomes Nogueira Soares, bacharel em Educação Física — contratado para a prestação de serviço no Ministério da Educação e Cultura, como professor cooperante, com direito ao vencimento mensal de 15 500\$ (quinze mil e quinhentos escudos), alojamento, ou, na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$.

Carlos Alberto Martins Ribeiro, licenciado em Línguas e Literaturas Modernas — contratado para a prestação de serviço no Ministério da Educação e Cultura, como professor cooperante, com direito ao vencimento mensal de 15 500\$ (quinze mil e quinhentos escudos), alojamento ou, na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$.

Estes contratos têm efeitos a partir da data do desembarque dos cooperantes em Cabo Verde, e terminam em 30 de Setembro de 1983, podendo os mesmos ser renovados por sucessivos períodos.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 17.º do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 30 de Dezembro de 1982).

#### Renovações de contratos:

De 3 de Novembro de 1982:

Renova, ao abrigo do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, com direito à remuneração mensal de 24 200\$ o contrato de prestação de serviço celebrado com o professor cooperante, Humberto do Rosário Duque.

A renovação do contrato tem efeito a partir de 1 de Outubro do corrente ano, e termina a 30 de Setembro de 1983.

Renova, ao abrigo do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, com direito à remuneração mensal de 23 800\$ o contrato de prestação de serviço celebrado com o professor cooperante, Luis Augusto Grandvaux Barbosa.

A renovação do contrato tem efeito a partir de 1 de Outubro do corrente ano, e termina a 30 de Setembro de 1983.

Renova, ao abrigo do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, com direito à remuneração mensal de 15 200\$, os contratos de prestação de serviço celebrados com os seguintes professores cooperantes:

Graciete Mendes Luís Vicente Duque;  
Lídia da Conceição Caldas Pimental Anahory Silva;  
Manuel da Costa Magalhães;  
Maria Júlia Serra Constantino Waldesanto Silva.

As renovações dos contratos têm efeitos a partir de 1 de Outubro de 1982 e terminam a 30 de Setembro de 1983.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 22 de Dezembro de 1982).

Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de vagas na categoria de 2.º oficial, do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Administração Interna, a que se refere o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 33/82, de 14 de Agosto:

Custódio da Rocha Silva.  
José Euclides S. Pedro Gomes da Costa.  
Jovino Ramos Évora.  
Lucy Fernandes de Oliveira Morais.  
Maria Antónia Neves Silva Lima.  
Natália Mendes de Oliveira.  
Pedro Cabral Gomes Barbosa.  
Pedro Mendes Teixeira.

Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de vagas na categoria de 3.º oficial do quadro de pessoal, da Direcção-Geral da Administração Interna, a que se refere o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 23/82, de 5 de Junho:

Aida Filomena Dias.  
Celestino dos Santos Almada.  
Cristina da Luz Morais da Cruz.  
Domingos Nicolau Lopes Teixeira.  
Eduina Dias Tavares.  
Etelmina Isabel Soulé Miranda Lima.  
Evorolena Mariana Pires Almeida.  
Joana Elizabeth de Fátima e Sousa Modesto Rebelo.  
Manuel António Fonseca.  
Manuel Maria Anatólio Araújo Dias da Fonseca.  
Maria Carolina Nobre Ferreira.  
Maria Manuela de Fátima Monteiro Leite Delgado.  
Maria Odete dos Reis Borges.  
Pedro Henrique dos Santos Barbosa Vicente.  
Tomásia Ludovina Medina.

#### Candidatas excluídas:

Maria de Fátima Gomes a).  
Maria da Glória Lima a).

a) Por falta de entrega dos documentos exigidos na lista provisória.

#### COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que, por despacho de 14 de Dezembro de 1982, do Delegado do Governo do Maio, foi designado António Pedro Lima dos Reis, zelador, provisório, para substituir o tesoureiro de 3.ª classe, interino, Maria da Conceição dos Reis Tavares, durante o período em que se encontrar de licença disciplinar.

Para os devidos efeitos comunica-se que, a nomeação de Reinaldo Évora, a 2.º oficial definitivo, publicado no *Boletim Oficial* n.º 19/82, de 8 de Maio, foi visada pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 30 de Dezembro de 1982.

Comunica-se que faleceu no Hospital Central da Praia em consequência de acidente de viação, no dia 19 de Dezembro de 1982, o técnico auxiliar de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, Alcídio Centeio Soares Correia.

Para os devidos efeitos se comunica que foi visada pelo Tribunal Administrativo e de Contas, na data a seguir indicada a nomeação do professor do 3.º nível, 3.ª classe (eventual) já publicada no *Boletim Oficial* e abaixo indicada:

Em 30 de Dezembro de 1982:

Rosa Maria José Francisca Peixoto Stein de Lima Araújo (*Boletim Oficial* n.º 49/82).

#### RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* n.º 42/82, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 1 de Setembro de 1982:

Maria de Lourdes Lima Duarte Modesto, professora do ensino primário elementar — concedida a mudança de escala correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos

do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79 de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra L, com efeitos a partir de Novembro de 1980.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º, do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 9 de Outubro de 1982).

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, de 4 de Dezembro de 1981, publicado no *Boletim Oficial* n.º 4/82:

Onde se lê:

Sónia Gomes de Sousa, técnico superior do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Deve ler-se:

Sónia Gomes de Sousa, técnico superior do Ministério dos Transportes e Comunicações (professora de 4.º nível de 3.ª classe).

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, de 24 de Agosto de 1982, publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/82 (pág. 577):

Onde se lê:

Concelho de Santa Cruz:

1 — José Carlos António Rodrigues — no Posto n.º 26, Ialo Ramos;

Deve ler-se:

Concelho de Santa Cruz:

1 — Domingos Semedo Varela — no Posto n.º 14 de Jalalo Ramos;

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, de 12 de Outubro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 48/82 (pág. 664), referente à nomeação de professores para a Escola Preparatória de Santa Catarina:

Onde se lê:

Antonieta Arselinda Melo de Barros.

Deve ler-se:

Antonieta Auselinda da Conceição Lopes.

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 1/83, de 3 de Janeiro, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 17 de Dezembro de 1982:

Amílcar Soares Ribeiro, 3.º ajudante, definitivo, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — transferido, por conveniência de serviço, da Conservatória dos Registos da Praia, para a Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, na mesma categoria e situação.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 5 de Janeiro de 1983. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

## CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

### BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controle de Câmbios

Cotações de Câmbios

Em 4/1/83

N.º 1/83

Praças	Unidades e divisas	Compras	Vendas
Londres ... ..	1 Libra	101\$40	102\$77
Lisboa ... ..	100 Escudos	70\$17	71\$20
Nova Iorque ... ..	1 Dólar	62\$61	63\$22
Amsterdão ... ..	100 Florim	2 383\$08	2 415\$31
Bruxelas ... ..	100 Franco	133\$98	135\$86
Copenhague ... ..	100 Coroa	746\$26	756\$65
Estocolmo... ..	100 Coroa	856\$80	869\$01
Frankfort R.F.A. ... ..	100 Deut Mark	2 633\$17	2 668\$63
Helsínquia... ..	100 Markka	1 182\$75	1 198\$68
Oslo ... ..	100 Coroa	887\$76	899\$95
Otava... ..	1 Dólar	50\$88	51\$39
Paris ... ..	100 Franco	920\$69	940\$29
Pretória ... ..	1 Rand	58\$07	58\$97
Roma... ..	100 Lira	4\$571	4\$636
Tóquio ... ..	100 Iéne	26\$856	27\$214
Viena... ..	100 Xelim	374\$57	379\$60
Zurique ... ..	100 Franco	3 124\$70	3 166\$32
Madrid ... ..	100 Peseta	49\$71	50\$42
Dakar... ..	100 CFA	18\$593	18\$806
Bruxelas ... ..	100 F.B. Fin	126\$58	129\$39
«Clearings»:			
Bissau... ..	100 Peso	100\$00	100\$00

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controle de Câmbios, na Praia, 4 de Janeiro de 1983. — Pela Direcção, *Antão Lopes da Luz*,

## AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo

Direcção-Geral do Comércio

#### AVISO

Para os devidos efeitos se torna público que segundo o despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo de 15 de Setembro de 1982 foram fixados os seguintes preços de venda ao público de carne para vigorarem no concelho da Boa Vista:

Carne de vaca:

Lombinho, quilo ... ..	160\$00
Carne de bife, quilo ... ..	150\$00
Carne de guisado ... ..	60\$00

Carne de carneiro ou capado:

Quilo... .. 100\$00

Carne de porco:

Carne verde ... .. 90\$00

Carne salgado ... .. 100\$00

Toucinho:

Toucinho verde ... .. 100\$00

Toucinho salgado ... .. 110\$00

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 14 de Dezembro de 1982. — A Directora-Geral, *Georgina de Mello*.

#### AVISO

Para os devidos efeitos se torna público de que foram fixados os seguintes preços de venda ao público do vinho «Choupal» em bidons:

1 Bidão no importador... .. 1 475\$00

1 Litro no retalhista ... .. 67\$50

Direcção-Geral do Comércio na Praia, 27 de Dezembro de 1982. — A Directora-Geral, *Georgina de Mello*.

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES

#### JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 14/A, de fls. 24v.º a 26, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de 10 de Fevereiro de 1982, na qual, Alcides Cabral Almeida Semedo, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Dona Maria Rosa Lopes Correia Semedo, comerciante, natural desta ilha de Santiago, residente em Achada de Santo António, subúrbio desta cidade, se declara, com exclusão de outrem, dono e degítimo possuidor do seguinte prédio: «Um prédio urbano, rés-do-chão, situado em Achada de Santo António, construído de pedra com argamassa de cimento e areia, rebocado e pintado dentro e fora, composto de cinco compartimentos, uma casa de banho, cozinha, cobertos de betão armado e um quintal também cimentado, que confronta do Norte com uma tal Tutuia, do Sul com André Avelino Soares Sena, do Leste com a via pública e do Oeste com a ladeira, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número 2788, com o rendimento colectável de 10 200\$, a que corresponde o valor matricial de 204 000\$, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Sotavento, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

#### CONTA:

Art. 18.º, n.ºs 1 e 2 ... ..	70\$00
Cofre Geral de Justiça ... ..	7\$00
Taxa de Reembolso ... ..	3\$00
Selos ... ..	25\$00

Soma ... .. 105\$00

São: (Cento e cinco escudos). Conferida por *ilegível*. Registada sob o n.º 899/82.

(1)

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES

#### JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número dezassete barra A, de folhas noventa, verso, a noventa e dois, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de trinta do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, na qual Rita Lopes Teixeira, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Belarmino Firmino Benrós, proprietária, natural desta ilha de Santiago, residente em Achada de Santo António, subúrbio desta cidade, se declara, com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora do seguinte prédio:

«Um prédio urbano, moradia, rés-do-chão, situado em Achada de Santo António, construído de pedra com argamassa de cimento e areia, rebocado e pintado a tinta de água, dentro e fora, que se compõe de uma sala de visita e quarto de dormir, cimentados e cobertos de telha de barro tipo marselhês e um pequeno quintal térreo, que confronta do Norte, Sul e Leste com Belarmino Firmino Benrós e Oeste com a rua pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número dois mil cento e cinquenta e um, com o rendimento colectável de dois mil seiscentos e cinquenta e dois escudos, a que corresponde o valor matricial de cinquenta e três mil e quarenta escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Sotavento, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que a outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos três dias do mês de Janeiro do ano mil novecentos e oitenta e três. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

#### CONTA:

Art. 18.º, n.ºs 1 e 2 ... ..	70\$00
Cofre Geral de Justiça ... ..	7\$00
Taxa de Reembolso ... ..	3\$00
Selo do acto... ..	25\$00

Soma ..... 90\$00

São: (Noventa escudos). Conferida por, *ilegível*. Registada sob o n.º 11/82.

(2)